

# OS FALTOSOS DA CÂMARA

## Mesa da Casa aceitou 132 justificativas

A Mesa Diretora da Câmara aceitou 132 justificativas feitas por deputados que faltaram às votações durante o primeiro semestre deste ano. Para não ter desconto nos salários, os parlamentares alegaram estar em viagem oficial pelo Brasil, pelo Exterior ou em tratamento de saúde (justificativas previstas pelo Regimento Interno). Outras 73 explicações de ausências foram indeferidas para efeito de resarcimento de salário, porque não se enquadravam nas normas fixadas pela Câmara.

Desde o mês de fevereiro as faltas dos deputados e senadores nos dias de sessões deliberativas — debates e votações de projetos, normalmente realizadas às terças, quartas e quintas-feiras — são descontadas da parte variável do vencimento, que é de R\$ 5 mil. Somados aos R\$ 3 mil sobre os quais não incide nenhum desconto, o salário dos parlamentares pode alcançar R\$ 8 mil.

O valor dos descontos varia de acordo com o número de sessões realizadas no mês. Se, por exemplo, ocorrerem dez sessões, cada falta equivale a R\$ 500; no caso de três sessões mensais, como aconteceu em fevereiro, uma falta equivale a R\$ 1,66 mil. Quem estiver doente ou em missão oficial no Brasil ou no Exterior justifica a falta e recebe o salário integral; os outros faltosos perdem

o dinheiro, mas podem receber o abono das faltas, ou seja, não serão considerados "gazeteiros".

O abono é importante porque evita que o parlamentar corra o risco de perder o mandato, pena aos que não comparecem a mais de um terço das sessões, prevista na Constituição (até hoje só dois deputados foram cassados por faltas: Felipe Cheide, de São Paulo, e Mário Bouchardet, de Minas).

As justificativas das ausências nos casos de tratamento de saúde — as mais comuns — têm que ser assinadas por no mínimo três médicos. As de missões oficiais pelo Brasil ou pelo Exterior são mais fáceis de comprovar, porque o deputado viaja com autorização prévia da Câmara.

Os campeões de tratamento de saúde são os deputados Wigberto Tartuce (PP-DF), Nícius Ribeiro (PMDB-PA), Adauto Pereira (PFL-PB), César Bandeira (PFL-MA), Flávio Derzi (PP-MS) e Hélio Rosas (PMDB-SP).

Os mais contemplados com as missões oficiais pelo País foram: Moreira Franco (PMDB-RJ), Mauro Fecury (PFL-MA), Euler Ribeiro (PMDB-AM), Nelson Otoch (PSDB-CE), Paes Landim (PFL-PI), Paulo Bornhausen (PFL-SC) e Airton Dipp (PDT-RS).

**João Domingos/AE**